



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**OFÍCIO Nº 154/2025 – GP.SNJ**

Leme, 30 de setembro de 2025.

Excelentíssima Senhora,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Banco de Ração para Animais no Município de Leme bem como criar o Programa de Lar Temporário para Animais”.

Para melhor análise da proposta encaminhamos a justificativa necessária à sua apresentação, bem como documentação anexa, no sentido de que a mesma faça parte integrante do Projeto de Lei ora apresentado.

Solicitamos que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em **regime de urgência**, de conformidade com o artigo 194, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**

**Prefeito do Município de Leme**

À

Excelentíssima Senhora.

**Cintia Cristina Grossklauss**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

## ESTADO DE SÃO PAULO

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Banco de Ração para Animais no Município de Leme bem como criar o Programa de Lar Temporário para Animais.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Banco de Ração do Município de Leme com o objetivo de comprar e arrecadar doações de ração, promovendo sua distribuição diretamente a entidades previamente cadastradas, organizações não governamentais (ONGs) e a implantar o Programa de Lar Temporário para Animais, garantindo aos ativistas na causa a possibilidade de conferir lar temporário aos animais que necessitem de cuidado especial.

§ 1º Para efeitos desta Lei, entende-se como protetor independente a pessoa física que:

I - com plena capacidade civil, protege ou cuida de animais errantes ou semierrantes em situação de abandono ou risco, providenciando os cuidados e procedimentos necessários para que os mesmos tenham sua saúde e integridade física e psicológica restabelecidas, encaminhando-os para castração, vacinação e demais cuidados necessários, disponibilizando-os para posterior adoção responsável;

II – tenha, no mínimo, 5 (cinco) animais abrigados, na modalidade de lar temporário, em seu domicílio;

III - seja devidamente cadastrado na Secretaria de Meio Ambiente (SMA).

§ 2º Os protetores independentes, organizações e/ou empresas não governamentais terão um prazo de 3 (três) meses, prorrogáveis por mais 3 (três) meses, para encaminharem os animais, sob sua guarda, à adoção responsável.

§ 3º Findado o prazo de 6 (seis) meses sem que o animal tenha sido adotado ou encontrado um lar definitivo, se o responsável tutor desejar poderá adotar definitivamente o animal.

§ 4º A Secretaria de Meio Ambiente, por meio de seu corpo técnico, poderá avaliar casos excepcionais que impeçam a adoção no prazo estipulado no parágrafo anterior dessa lei.

**Art. 2º** Considera-se "lar temporário" local ou residência familiar onde um animal resgatado recebe abrigo, alimentação e cuidados necessários até ser adotado.

**Art. 3º** Fica o Município de Leme por meio de seus órgãos competentes, autorizado a organizar e estruturar o Programa Banco de Ração, fornecendo o apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional, determinando os critérios de compra, coleta, distribuição



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME ESTADO DE SÃO PAULO

e fiscalização a ser exercida sobre as entidades não governamentais e protetores independentes devidamente cadastrados.

Parágrafo único. O Município de Leme deverá ainda destinar mensalmente a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a aquisição de rações para cães e gatos.

**Art. 4º** Os alimentos comprados, doados e coletados pelo Programa Banco de Ração não serão destinados à comercialização.

**Art. 5º** São finalidades do Banco de Ração do Município de Leme;

I - proceder à compra, à coleta e ao armazenamento de produtos e gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo, provenientes de:

- a) doações de estabelecimentos comerciais e industriais ligados à produção e comercialização, no atacado ou no varejo, de produtos e gêneros alimentícios destinados aos animais;
- b) doações de órgãos públicos ou de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- c) compras da Administração Municipal.

II - efetuar a distribuição dos produtos e gêneros arrecadados para protetores independentes descritos no art. 1º da presente Lei Associações e ONGs cadastradas.

**Art. 6º** Para a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com instituições públicas e/ou privadas.

**Art. 7º** Os interessados na concessão de lar temporário para animais deverão obrigatoriamente assinar um termo de compromisso e responsabilidade, no qual constará a concordância dos mesmos com fiscalizações do Poder Público, Secretaria de Meio Ambiente, Zoonoses e ONG's e garantia de zelo ao bem-estar dos animais abrigados, além do devido cadastro na Secretaria de Meio Ambiente (SMA).

§ 1º Entende-se por bem-estar animal a garantia de atendimento às necessidades físicas, mentais e naturais do animal, bem como dos cuidados para a preservação da sua saúde e segurança, livre de fome, sede, desconforto, dor, lesões, doenças, medo, estresse e angústia, permitindo-o expressar seu comportamento natural.

§ 2º Não sendo possível ao protetor independente a manutenção do encargo de lar temporário, nos termos do caput deste artigo, como óbito, doença incapacitante de gerir pessoas e bens.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 8º** O Município garantirá ao animal abrigado: alimentação, vacinas de acordo com o calendário anual, microchipagem, castração de acordo com a disponibilidade orçamentária e os procedimentos de controle de zoonoses.

§ 1º É requisito obrigatório a microchipagem, para os beneficiários do banco de ração.

§ 2º O Município não fará o traslado do animal, tampouco o fornecimento domiciliar da alimentação, vacinas ou tratamento veterinário, sendo de responsabilidade exclusiva daquele que detiver a guarda temporária do animal dirigir-se ao setor responsável.

**Art. 9º** Fica o Município de Leme, por meio de seus órgãos competentes, autorizado a organizar e estruturar o Programa de Lar Temporário, fornecendo o apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional, determinando os critérios necessários que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

**Art. 10.** O Poder Público deverá estabelecer formas de incentivo à adoção dos animais, promovendo ações de divulgação dos animais abrigados em lar temporário.

**Art. 11.** O Poder Executivo deverá providenciar a elaboração de Decreto, regulamentando, dentre outros, os seguintes aspectos desta Lei:

I - os procedimentos e requisitos necessários para que os protetores independentes façam jus aos benefícios decorrentes do Programa Banco de Ração;

II - as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários;

III - as características dos animais que impedem sua inclusão no programa de apadrinhamento;

IV - os demais procedimentos necessários à correta execução desta Lei.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial:

I – a Lei Ordinária nº 3.806, de 02 de maio de 2019;

II – a Lei Ordinária nº 3.819, de 18 de julho de 2019; e

III – a Lei Ordinária nº 4.172, de 28 de fevereiro de 2023.

Leme, 30 de setembro de 2025.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

## ESTADO DE SÃO PAULO

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a instituir o Banco de Ração para Animais e o Programa de Lar Temporário no Município de Leme, iniciativas voltadas à proteção e ao bem-estar animal, por meio do apoio direto a protetores independentes, organizações não governamentais (ONGs) e entidades sem fins lucrativos que atuam no cuidado de animais em situação de abandono ou vulnerabilidade.

A proposta se justifica diante da realidade enfrentada por inúmeros animais errantes e semierrantes que vivem nas ruas ou em lares temporários, frequentemente resgatados por cidadãos voluntários ou ONGs que, sem auxílio governamental, arcam com custos elevados de alimentação, saúde e abrigo. Tais esforços, embora meritórios, tornam-se insuficientes frente à crescente demanda.

O Banco de Ração, previsto neste projeto, tem como objetivo adquirir e arrecadar doações de alimentos destinados a cães e gatos, promovendo sua distribuição a protetores e entidades devidamente cadastrados na Secretaria de Meio Ambiente (SMA). A criação deste banco representa não apenas um suporte direto às ações de proteção animal, mas também uma medida de saúde pública, contribuindo para a redução de focos de zoonoses e do abandono de animais.

Já o Programa de Lar Temporário propõe regulamentar e incentivar a prática do acolhimento provisório de animais até sua adoção responsável, assegurando condições mínimas de cuidado e bem-estar. O projeto também estabelece critérios claros para o cadastramento, fiscalização e apoio técnico e financeiro a esses lares





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

temporários, além de garantir incentivos à adoção e à microchipagem obrigatória dos animais atendidos pelo programa.

Importante destacar que o Município deverá destinar, mensalmente, recursos específicos para a aquisição de rações, estabelecendo um compromisso concreto com a execução da política pública em questão. A regulamentação posterior, via Decreto, garantirá maior detalhamento e segurança jurídica à aplicação da lei.

Por fim, a revogação das Leis Ordinárias nº 3.806/2019, nº 3.819/2019 e nº 4.172/2023 se faz necessária para consolidar e modernizar a legislação municipal sobre a matéria, reunindo em um único diploma legal normas atualizadas, mais completas e condizentes com as necessidades atuais da causa animal em nosso município.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, certo de que representa um avanço significativo nas políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar dos animais no Município de Leme, promovendo ações sustentáveis, humanas e integradas com a sociedade civil.

Leme, 30 de setembro de 2025.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**

**Prefeito do Município de Leme**





## Memorando 1- 46.353/2025

**De:** Rafael A. - SECMA

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 29/09/2025 às 14:56:17

**Setores envolvidos:**

SENJUR-CGAL, SECMA

**Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Banco de Ração para Animais no Município de Leme bem como criar o Programa de Lar Temporário para Animais”.**

Prezada, Senhora Raquel,

Assunto: Encaminhamento de Declaração de Ordenação de Despesa – Projeto de Lei do Banco de Ração e Programa de Lar Temporário para Animais.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

—  
**Rafael Alves de Carvalho Almeida**

*Secretário do Meio Ambiente*

**Anexos:**

DECLARACAO\_DO\_ORDENADOR\_DE\_DESPESAS\_SMA\_2\_.pdf



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

Eu, Rafael Alves de Carvalho Almeida, na qualidade de Secretário do Meio Ambiente e Ordenador de Despesas da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Leme, declaro, para os devidos fins, que o Projeto de Lei que autoriza a instituição do Banco de Ração para Animais e do Programa de Lar Temporário no Município de Leme, não gera impacto orçamentário adicional, uma vez que as ações previstas já constam na dotação orçamentária da Secretaria de Meio Ambiente.

Ressalta-se, especialmente, o disposto no Art. 3º, parágrafo único, que determina a destinação mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a aquisição de rações para cães e gatos, bem como as demais previsões relacionadas à vacinação, castração e controle de zoonoses.

Dessa forma, confirmo que as ações propostas no referido projeto já possuem cobertura orçamentária e poderão ser executadas com os recursos atualmente previstos, não sendo necessária abertura de crédito adicional.

Leme, 26 de setembro de 2025.

**Rafael Alves de Carvalho Almeida**

Assinado por 1 pessoa: RAFAEL ALVES DE CARVALHO ALMEIDA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1.doc.com.br/verificacao/#667A-FB33G-2EBB-89B3> e informe o código #667A-FB33G-2EBB-89B3







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4767-E8DC-72E8-89A3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL ALVES DE CARVALHO ALMEIDA (CPF 304.XXX.XXX-85) em 29/09/2025 14:56:37

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/4767-E8DC-72E8-89A3>





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

## ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORDINÁRIA Nº 3.806, DE 02 DE MAIO DE 2019.

*"Institui o Programa Banco de Ração do Município de Leme e dá outras providências."*

Wagner Ricardo Antunes Filho, Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Banco de Ração do Município de Leme, com o objetivo de captar doações de rações e promover sua distribuição aos lares adotivos de cães e gatos devidamente cadastrados na Secretaria de Meio Ambiente, contribuindo diretamente para a saúde animal.

Parágrafo Único: Para efeitos desta lei, consideram-se lares adotivos de cães e gatos as pessoas jurídicas que, à data da publicação desta lei, contem com mais de dois anos de exercício de atividade, recolham animais abandonados e os mantenham em lares coletivos ou provisórios para adoção.

**Art. 2º** Os alimentos doados e coletados pelo Programa Banco de Ração não serão destinados à comercialização.

**Art. 3º** São finalidades do Banco de Ração do Município de Leme:

I - proceder à coleta, acondicionamento e armazenamento de produtos e gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo, provenientes de:

a) doações de estabelecimentos comerciais e industriais ligados à produção e comercialização, no atacado ou no varejo, de produtos e gêneros alimentícios destinados aos animais;

b) doações das apreensões por órgãos da Administração Municipal, Estadual ou Federal, resguardada a aplicação das normas legais; e

c) doações de órgãos públicos ou de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

II - efetuar a distribuição dos produtos e gêneros arrecadados para os lares adotivos devidamente cadastrados.

§ 1º As entidades que receberem a distribuição de ração deverão informar quinzenalmente o número de animais atendidos com as doações do programa.

§ 2º O Município de Leme deverá manter estrutura funcional para recebimento e armazenamento das doações de rações; deverá ainda destinar mensalmente a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a aquisição de rações para cães e gatos.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME ESTADO DE SÃO PAULO

§ 3º Serão disponibilizados em locais de grande circulação de pessoas dentro do Município de Leme, pontos para recebimento de produtos, de modo que a arrecadação dos produtos e gêneros alimentícios far-se-á sem ônus para a municipalidade.

**Art. 4º** Do programa participará, obrigatoriamente, um médico veterinário legalmente habilitado a aferir e atestar estarem os produtos e gêneros alimentícios em condições apropriadas para o consumo.

**Art. 5º** Para a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com outras instituições públicas e privadas.

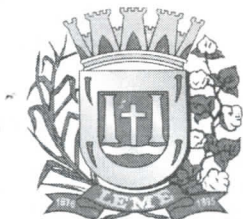
**Art. 6º** O Poder Executivo deverá regulamentar o presente programa, garantindo estrutura para o desenvolvimento do Programa Banco de Ração, fornecendo o apoio administrativo, técnico e operacional.

**Art. 7º** As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas nas leis orçamentárias.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 02 de maio de 2019.

  
**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

## LEI ORDINÁRIA Nº 3.819, DE 18 DE JULHO DE 2019.

“Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 3.806, de 02 de maio de 2019, que “Institui o Programa Banco de Ração do Município de Leme e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei Ordinária nº 3.806, de 02 de maio de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: Para efeitos desta lei, consideram-se lares adotivos de cães e gatos as pessoas físicas e jurídicas que, à data da publicação desta lei, contem com mais de dois anos de exercício de atividade, recolham animais abandonados e os mantenham em lares coletivos ou provisórios para adoção.

**Artigo 2º** - Altera o parágrafo segundo do artigo 3º da Lei Ordinária nº 3.806, de 02 de maio de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - O Município de Leme deverá manter estrutura funcional para recebimento e armazenamento das doações de rações; deverá ainda destinar mensalmente a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a aquisição de rações para cães e gatos.

**Artigo 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 18 de julho de 2019.

  
**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**LEI ORDINÁRIA Nº 4.172, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023.**

Altera o parágrafo segundo do artigo 3º da Lei Ordinária nº 3.806, de 02 de maio de 2019, alterada pela Lei Ordinária nº 3.819, de 18 de julho de 2019 que "Instituiu o Programa Banco de Ração do Município de Leme e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o parágrafo segundo do artigo 3º da Lei Ordinária nº 3.806, de 02 de maio de 2019, alterada pela Lei Ordinária nº 3.819, de 18 de julho de 2019 que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - O Município de Leme deverá manter estrutura funcional para recebimento e armazenamento das doações de rações; deverá ainda destinar mensalmente a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a aquisição de rações para cães e gatos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 28 de fevereiro de 2023.

  
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F6BA-F333-2E9D-79B2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDEMIR APARECIDO BORGES (CPF 340.XXX.XXX-18) em 30/09/2025 10:10:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/F6BA-F333-2E9D-79B2>